Louvor n.º 868/2011

Ao cessar funções de Secretário de Estado da Administração Pública do XVIII Governo Constitucional, é com a maior satisfação que presto louvor e agradecimento a Maria do Rosário Mendes de Abreu Oliveira, que exerceu funções de secretária pessoal no meu Gabinete. Cumpre-me salientar o seu inextinguível contributo para o bom funcionamento deste Gabinete, em virtude quer das suas notáveis qualidades humanas, quer dos seus excelentes dotes profissionais.

A sua afabilidade, lealdade, as suas capacidades metódicas e o seu espírito colaborante foram fundamentais para a boa prestação de toda a equipa com quem trabalhei. O meu louvor é, pois, inteiramente justificado.

20 de Junho de 2011. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Gonçalo André Castilho dos Santos*.

204830868

Louvor n.º 869/2011

Ao cessar funções de Secretário de Estado da Administração Pública do XVIII Governo Constitucional, louvo o meu motorista José Francisco Vaz Godinho, bem como os motoristas Fernando Manuel Caldeira Pires e Carlos Manuel de Jesus Pinto ao serviço do meu Gabinete pela lealdade, extrema dedicação e competência com que desempenharam as suas funções.

A inextinguível disponibilidade evidenciada, bem como o trato eficaz e amável que revelaram no desempenho das suas tarefas justificam inteiramente este público louvor e o meu reconhecimento pessoal.

20 de Junho de 2011. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Gonçalo André Castilho dos Santos*.

204830138

Louvor n.º 870/2011

Ao cessar funções de Secretário de Estado da Administração Pública do XVIII Governo Constitucional, louvo Maria Ângela da Costa Mendes Santos e Ana Maria Silvestre Pereira Ramos pelo incansável e valioso trabalho desenvolvido no apoio administrativo, o qual permitiu que o elevado fluxo documental suportado por este Gabinete fosse gerido com eficácia e prontidão.

Louvo ainda Lucília Afonso Fernandes Leal e Cremilda Teresa Almeida Pontes Costa pelo seu solicito auxílio aos membros deste Gabinete.

20 de Junho de 2011. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Gonçalo André Castilho dos Santos*.

204830502

**Instituto de Gestão da Tesouraria
e do Crédito Público, I. P.**

Declaração de rectificação n.º 1067/2011

Tendo-se verificado que o aviso n.º 10074/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 86, de 4 de Maio de 2011, se encontra com incorrecções, é feita a rectificação através da sua republicação:

«Condições gerais da série ‘OT 6,40 % — Fevereiro 2016’

Código ISIN: PTOTEPOE0016

Por deliberação de 7 de Fevereiro de 2011, do conselho directivo do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P. (IGCP), tomada ao abrigo do n.º 1 do artigo 4.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º dos Estatutos do IGCP, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 160/96, de 4 de Setembro, na versão introduzida pelo Decreto-Lei n.º 28/98, de 11 de Fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 2/99, de 4 de Janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 455/99, de 5 de Novembro, pelo Decreto-Lei n.º 86/2007, de 29 de Março, e pelo Decreto-Lei n.º 273/2007, de 30 de Julho, e em execução das autorizações e no respeito pelos limites de endividamento previstos nos artigos 84.º e 86.º a 90.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 13-A/2011, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 30, de 11 de Fevereiro de 2011, foi determinada a emissão de uma série de obrigações do Tesouro (‘OT 6,40% — Fevereiro 2016’), cujas condições gerais se publicam, em cumprimento do disposto no artigo 4.º da Instrução do IGCP n.º 3/2010, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 16, de 25 de Janeiro de 2010:

1 — Moeda: euro.

2 — Cupão: 6,40 % anual.

3 — Valor nominal de cada obrigação: € 0,01.

4 — Vencimento: 15 de Fevereiro de 2016

5 — Amortização: se não forem previamente adquiridas e canceladas, a República Portuguesa reembolsará as obrigações do Tesouro em 15 de Fevereiro de 2016.

6 — Pagamento de juros: os juros são pagos anual e postecipadamente em 15 de Fevereiro de cada ano até à data de amortização, sendo o primeiro pagamento de juros efectuado em 15 de Fevereiro de 2012, respeitando ao período entre 14 de Fevereiro de 2011 (inclusive) e 15 de Fevereiro de 2012 (exclusive).

Se a data de pagamento de juros ou de reembolso de capital for um dia não útil de acordo com o sistema TARGET (‘Trans-European Automated Real-Time Gross Settlement Express Transfer’), o pagamento será efectuado no dia útil seguinte de acordo com o mesmo sistema, não sendo exigíveis, por esse facto, quaisquer juros adicionais.

7 — Base para cálculo de juros: actual/actual.

8 — Registo: as obrigações do Tesouro são valores mobiliários escriturais registados na Central de Valores Mobiliários (CVM). O pagamento dos juros e o reembolso do capital efectuam-se por intermédio do sistema de liquidação vigente para os valores mobiliários registados na CVM.

9 — Dias úteis: aplicando-se a esta OT o calendário TARGET, os feriados do sistema TARGET não são considerados como dias úteis para efeitos do pagamento de juros ou de reembolso de capital.

10 — Modalidades de colocação: as previstas no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 280/98, de 17 de Setembro.

11 — Montante indicativo da série: € 6 000 000 000.

12 — Regime fiscal: o rendimento de juros ou de reembolso das obrigações do Tesouro encontra-se sujeito a retenção na fonte à taxa de 21,5 % com carácter liberatório em sede de IRS e de pagamento por conta em sede de IRC. Os pagamentos aos titulares das obrigações do Tesouro que não sejam residentes em território português, que não actuem em Portugal através de estabelecimento estável e cujo capital social (no caso de pessoas colectivas) não seja detido em mais de 20 % por residentes em território português, assim como os rendimentos de capital a elas relativos decorrentes da sua venda ou outra forma de alienação, encontram-se isentos de impostos sobre o rendimento, nos termos do Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de Novembro, na versão introduzida pelo Decreto-Lei n.º 25/2006, de 8 de Fevereiro.

Tal isenção não se aplica se os titulares das obrigações do Tesouro forem residentes noutros países cujo regime de tributação se mostre claramente mais favorável do que o regime de tributação português, nos termos da Portaria n.º 150/2004, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, de 13 de Fevereiro de 2004 — conforme rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 31/2004, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 70, de 23 de Março de 2004, salvo se se tratar de bancos centrais e de agências de natureza governamental [conforme a alínea b) do n.º 1 e o n.º 2 do artigo 5.º do citado Regime e o n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 193/2005].

Esta informação reflecte o regime de tributação vigente à data do presente aviso para os valores mobiliários representativos de dívida pública. Não retrata o particular regime das instituições financeiras residentes e não dispensa a consulta da legislação aplicável (quer a indicada nestas condições gerais, quer qualquer outra que se mostre relevante).

13 — Admissão à cotação: as obrigações do Tesouro foram admitidas à cotação na Euronext Lisbon, MTS Portugal, BrokerTec, BGC e-Speed e na EuroMTS.

14 de Fevereiro de 2011. — O Presidente do Conselho Directivo, *Alberto Soares.*»

21 de Junho de 2011. — O Presidente do Conselho Directivo, *Alberto Soares*.

204826737

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DA DEFESA NACIONAL, DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA SAÚDE.

Despacho n.º 8771/2011

Considerando que:

1) O Regulamento (CE) n.º 883/2004, de 29 de Abril, relativo à coordenação dos sistemas de segurança social, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 988/2009, de 16 de Setembro, e o Regulamento (CE) n.º 987/2009, de 16 de Setembro, entram em vigor em 1 de Maio de 2010;

2) Estão envolvidos na aplicação dos referidos regulamentos comunitários o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (áreas da segurança social e do emprego), o Ministério da Saúde (prestações em espécie por doença e maternidade e respectivos aspectos financeiros), o Ministério das Finanças e da Administração Pública (regime de protecção social dos trabalhadores que exercem funções públicas), as Regiões Autónomas e os subsistemas de saúde, garantindo a ADSE a ligação aos subsistemas de saúde ADM (militares das Forças Armadas), SAD (pessoal da GNR e PSP) e SSMJ (subsistema de saúde do Ministério da Justiça);

3) No âmbito dos referidos regulamentos comunitários, a troca de informação entre as instituições dos diferentes Estados membros se processará, obrigatoriamente a partir de 1 de Maio de 2012, através da troca de documentos electrónicos estruturados [*structured electronic documents* (SED)];

4) Para a prossecução do objectivo mencionado no considerando anterior a Comissão Europeia criou o projecto «Electronic exchange of social security information» (EESSI);

5) No âmbito do projecto EESSI é criado em cada Estado membro o ponto de acesso como entidade com a responsabilidade de operacionalizar o encaminhamento electrónico dos referidos documentos entre instituições de diferentes Estados membros, através de um nó central na Comissão Europeia e dos pontos de acesso nacionais em cada um dos restantes Estados membros;

6) Cada ponto de acesso é constituído por uma parte internacional (IPAP) e uma parte nacional (NPAP), sendo que a IPAP assegura o encaminhamento da comunicação entre o nó central e a NPAP e esta, por sua vez, se encarrega do encaminhamento electrónico da informação para as diversas instituições nacionais;

7) A maioria dos Estados membros, entre os quais Portugal, designou um único ponto de acesso nacional, que, no nosso caso, será o Instituto de Informática, I. P., organismo do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social;

8) Para a implementação da infra-estrutura tecnológica, as instituições poderão desenvolver e utilizar aplicações próprias para a troca electrónica de dados ou utilizar a ferramenta *web interface for clerks* (WEBLC), solução disponibilizada pela Comissão Europeia para os Estados membros que têm um pequeno volume de trocas, sendo que, em qualquer dos casos, a comunicação passará sempre através do ponto de acesso nacional numa óptica de serviços partilhados;

9) Desta forma, e porque a instalação, administração, operação e manutenção da infra-estrutura e serviços disponibilizados pelo ponto de acesso comum tem custos associados, é forçoso repartir esses custos pelas instituições servidas numa lógica proporcional à utilização:

Determina-se:

1 — No final de cada ano civil o Instituto de Informática, I. P., procederá, separadamente, ao apuramento dos encargos mencionados no considerando 9 do presente despacho e ao apuramento, de acordo com os seus registos informáticos, do número e volume de mensagens e documentos electrónicos estruturados [*structured electronic documents* (SED)] destinados e enviados por cada instituição.

2 — A repartição dos referidos encargos será calculada proporcionalmente à utilização por cada instituição no período a que aqueles se reportam.

3 — Durante o mês de Janeiro do ano seguinte, o Instituto de Informática, I. P., apresentará a cada serviço utilizador uma nota discriminativa detalhada dos mencionados encargos, enviando-lhe simultaneamente a factura correspondente, elaborada de acordo com os critérios definidos nos n.ºs 1 e 2 do presente despacho.

4 — A factura referida no número anterior deve ser liquidada no prazo de 30 dias após a respectiva apresentação.

5 — As entidades abrangidas por este despacho devem celebrar com o Instituto de Informática, I. P., um protocolo que regule as condições de utilização dos serviços previstos, designadamente na alínea a) do n.º 2 do artigo 1.º e n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 987/2009, de 16 de Setembro.

6 — A celebração do protocolo antecede o início da prestação dos serviços.

7 — As eventuais divergências quanto à interpretação e aplicação do presente despacho são resolvidas consensualmente pelos serviços envolvidos ou, caso tal não seja possível, por recurso à arbitragem.

8 — O presente despacho produz efeitos desde 1 de Maio de 2010.

16 de Junho de 2011. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Santos Silva*. — O Ministro da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira*. — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins*. — Pela Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, *Pedro Manuel Dias de Jesus Marques*, Secretário de Estado da Segurança Social. — A Ministra da Saúde, *Ana Maria Teodoro Jorge*.

204825902

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Despacho n.º 8772/2011

No dia 26 de Setembro de 2006, o ex-soldado da Guarda Nacional Republicana n.º 1820250, Alexandre Pereira de Barros, foi vítima de agressão mortal, no cumprimento de ordens superiores.

Com vista a apurar os factos constitutivos do direito à compensação especial por morte prevista no Decreto-Lei n.º 113/2005, de 13 de Julho, foi determinada a instauração do inquérito a que se refere o n.º 1 do artigo 5.º do citado diploma, que correu termos no Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana, concluindo o instrutor o seu relatório nos termos seguintes:

«V — Parecer e proposta:

1 — Assim, das diligências efectuadas e prova recolhida nos autos, poder-se-á concluir que:

[...] Nas circunstâncias em que ocorreu a morte do ex-guarda Barros, este, nos momentos que antecederam a sua morte, viveu um 'conflito de interesses' entre os deveres a que está sujeito enquanto agente de autoridade [...] e a acção/actividades que originavam efectivo perigo ou risco para a sua vida e ou integridade física [...]

[...] Por tudo quanto se encontra consignado nos autos, sou de parecer que existe nexo de causalidade entre o risco inerente ao exercício da função policial e a morte do ex-guarda Barros, nas circunstâncias em que ocorreu, atendendo a que este perdeu a vida na sequência de traumatismo cervical anterior e de lesões traumáticas, que denotam haver sido produzidas por instrumento de natureza contundente ou actuando como tal, ao se envolver fisicamente com o autor de um crime, no intuito de o deter, fruto da sua condição profissional, pelo que se conclui [...], que os factos entretanto apurados devem ser considerados como susceptíveis de integrar a uma compensação especial, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 113/2005, de 13 de Julho, decorrido dos riscos próprios da actividade policial, sendo beneficiárias de tal compensação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 113/2005, de 13 de Julho, as filhas do ex-guarda Barros, ou seja, em concreto, Mónica Manuela Pereira Rosas de Barros, Raquel Cidália Moreira de Barros e Susana Cristina Moreira de Barros.»

Do referido relatório consta de forma inequívoca que existe nexo de causalidade entre o risco inerente ao exercício da função policial e agressão mortal sofrida e o resultado desta provocou a morte do ex-soldado da Guarda Nacional Republicana n.º 1820250, Alexandre Pereira de Barros, fazendo prova dessa qualificação o processo de averiguações por acidente de serviço e o processo administrativo por acidente de serviço, em que foram avaliados os factos apresentados nestes processos.

O relatório do inquérito foi homologado pelo comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 113/2005, de 13 de Julho.

Estão, deste modo, observados todos os requisitos legais para a atribuição da compensação especial por morte, prevista no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 113/2005, de 13 de Julho, às filhas do ex-soldado Alexandre Pereira de Barros, n.º 1820250, Mónica Manuela Pereira Rosas de Barros, Raquel Cidália Moreira de Barros e Susana Cristina Moreira de Barros, todos mais bem identificados nos autos do respectivo processo de inquérito, únicos herdeiros beneficiários, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do mesmo diploma legal.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 113/2005, de 13 de Julho, determina-se o seguinte:

1 — É concedida a Mónica Manuela Pereira Rosas de Barros, Raquel Cidália Moreira de Barros e Susana Cristina Moreira de Barros, filhas do falecido ex-soldado n.º 1820250, Alexandre Pereira de Barros, a compensação especial prevista no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 113/2005, de 13 de Julho, por morte deste, ocorrida em 26 de Setembro de 2006.

2 — O valor da compensação conferida pelo número anterior, calculada nos termos conjugados do disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo 4.º do mesmo diploma legal, é de € 96 475.

7 de Janeiro de 2011. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

204827385

Despacho n.º 8773/2011

No dia 29 de Novembro de 2009, quando o ex-cabo José David Venâncio Dias, que se encontrava no interior do Posto Territorial de Montemor-o-Velho a preparar-se para dar início ao serviço de patrulha, para que estava devidamente escalado, foi chamado a colaborar com outros militares na detenção de um indivíduo a quem já tinha retirado